

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR ÀS
PERDAS REGISTRADAS PELO NOVO BANCO E IMPUTADAS AO
FUNDO DE RESOLUÇÃO**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

Reunião n.º 38

(Presencial e por videoconferência)

20 de maio de 2021

(15:44 h — 14:43 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. Nuno Vasconcellos (*), ex-Presidente da
Ongoing Strategy Investments

Presidente da Comissão: Fernando Negrão (PSD)

Deputados oradores: Mariana Mortágua (BE)

(*)*Via Skype*

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos dar início à nossa reunião, com a audição do Dr. Nuno Vasconcellos, ex-presidente da Ongoing Strategy Investments.

Eram 15 horas e 44 minutos.

Boa tarde, Sr. Dr. Nuno Vasconcellos.

Está a ouvir-me bem?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos** (ex-presidente da Ongoing Strategy Investments): — Muito boa tarde, Sr. Presidente. Estou a ouvi-lo perfeitamente, e o senhor?

O Sr. **Presidente**: — Sim, estamos a ouvi-lo bem.

Vamos, então, dar início à sua audição.

Esta audição terá o formato de pergunta-resposta, em que cada um dos Srs. Deputados lhe fará uma pergunta a que o Sr. Doutor responderá.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Muito bem.

O Sr. **Presidente**: — Começo por dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr. Presidente, pedia-lhe só 1 ou 2 minutos, para poder fazer uma rápida introdução, se não se importa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor. Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros desta ilustre Comissão: Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade que me é concedida de prestar os esclarecimentos necessários sobre a minha conduta à frente dos negócios da Ongoing, tendo em vista os objetivos específicos desta Comissão.

Manifesto, de antemão, a intenção de não deixar qualquer pergunta sem resposta e reitero o compromisso de dizer apenas a verdade, pois só assim pretendo esclarecer todas as inverdades e rumores que têm circulado acerca da minha pessoa.

Nunca fugi às minhas responsabilidades, mas sempre lutarei, dentro das minhas possibilidades e sob a proteção da lei, contra todas as tentativas de torná-las maiores do que são.

Em nome desses princípios recorro que nunca me neguei a comparecer perante o Parlamento, a que já vim por duas vezes, a duas Comissões parlamentares de inquérito, quando fui chamado a prestar esclarecimentos sobre temas de outra natureza.

Estranhei, portanto, a informação amplamente divulgada em Portugal de que não me encontravam para ser notificado a participar nesta Comissão. Vivo há mais de 10 anos no Brasil, em São Paulo, especificamente e a minha morada é do conhecimento das autoridades dos dois países. Sou, há mais de um ano, colunista do jornal *O Dia*, um dos jornais brasileiros de maior prestígio e circulação.

Finalmente, além de contar com representantes legais facilmente localizáveis em Portugal, tenho perfis públicos pessoais publicados nas redes sociais, pelo que por quaisquer um desses meios é sempre possível contactar-me.

Relativamente à informação que o meu advogado prestou, e bem, de que eu estaria num lugar de difícil acesso, onde a rede de *internet* é instável, é porque eu tinha previamente agendado para esta semana uma viagem para

a região Centro Oeste do Brasil, que fica a cerca de 1500 km da cidade de São Paulo, onde vivo. Ali, enfim, por razões de circunstância geográfica que não cabe aqui discutir neste momento, eu não poderia assegurar comunicações estáveis. Mas como era minha obrigação, e do meu interesse também, cancelei todos os compromissos para poder estar à disposição desta Comissão e dos Srs. Deputados.

Gostaria só de aproveitar a oportunidade para desmentir a informação que consta do *site* do Bloco de Esquerda há bastante tempo e que me atribui um crime de corrupção. Fui, de facto, acusado desse delito com base em provas falsas e respondi a um processo que, uma vez julgado, me considerou inocente — isto foi em novembro de 2016, portanto, há quase cinco anos. O Ministério Público português não recorreu da decisão e a instância foi extinta.

Deste modo, solicitava, em abono da verdade, que essa informação fosse corrigida pelo Bloco de Esquerda. Ficam, desde já, aqui, os meus agradecimentos.

Nada tenho a esconder sobre a minha conduta como empresário ou gestor e estou à vossa disposição, naquilo que diz respeito aos objetivos e preceitos desta Comissão, a prestar todos os esclarecimentos que possam demonstrar que não agi de má-fé e não posso ter o meu nome incluído entre os responsáveis por levar Portugal à mais grave crise que enfrentou na sua história recente.

Quero agradecer ao Sr. Presidente e aos ilustres Deputados desta Comissão a oportunidade para dar este esclarecimento prévio e estou agora à vossa inteira disposição.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Feita esta nota introdutória, entramos, então, na primeira ronda e começo por dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Nuno Vasconcellos, tem graça que se manifeste tão disponível, pois há um pedido de insolvência culposa, colocado pelo BCP contra si, em que o administrador de insolvência diz, precisamente, que não o consegue contactar, nem aos administradores das suas empresas, e que não tem colaborado com a justiça para responder ao seu processo de insolvência e do seu grupo, mas esse é um problema que terá de resolver com a justiça, não connosco.

A dívida que tem para com o Novo Banco é de 600 milhões de euros. A dívida que tem na banca portuguesa ultrapassa os 1000 milhões de euros. Só a Ongoing Strategy Investments deve 522 milhões de euros ao Novo Banco.

A minha pergunta é: como é que vai pagar essa dívida? Como e quando, já agora.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, ...

O Sr. **Presidente**: — Não o estamos a ouvir, Sr. Doutor.

Pausa.

Tenho a sensação de que o som está *off*...

Pausa.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Boa tarde, Sr.^a Deputada, está a ouvir-me?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou, sim senhor.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Eu aqui estou com imensa rede, deve ser um problema daí, talvez.

Mas está a ouvir-me e a ver-me, Sr.^a Deputada, não está?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estamos a ouvi-lo e a vê-lo.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Muito obrigado.

Então, se me der licença, vou responder à sua pergunta.

Em primeiro lugar, essa questão da insolvência e de eu não ser contactável é uma história muito mal contada, porque eu tenho advogado em Portugal, o fisco português consegue contactar-me, portanto, se isso acontece, com certeza que o advogado de insolvência, o gestor de insolvência, também consegue.

Eu não tenho endereço, morada, em Portugal e sei que talvez o gestor de insolvência me tenha tentado contactar para alguma morada em Portugal. Mas eu tenho morada no Brasil há mais de dez anos e há mais de dez anos que declaro impostos no Brasil. Eu comecei como residente e, hoje em dia, sou também cidadão brasileiro, há mais de dez anos.

Portanto, acho que talvez tenha sido falta de eficiência do gestor. Mas, Sr.^a Deputada, eu estou perfeitamente à disposição para falar com toda a gente; o fisco português contactou-me e estive disponível e, portanto, não vejo como é que isso possa ter acontecido, a não ser por falta de eficiência do gestor.

Em relação às dívidas de que a senhora falou e do BCP, gostaria de dizer-lhe que a Ongoing não tem nenhuma dívida para com o BCP. Essa dívida foi comprada e foi regularizada. Inclusivamente, tenho uma carta do gestor de falência da Ongoing que fala exatamente disso. A dívida no BCP,

que era no montante de 290 milhões de euros, começou com uma dívida de 400 milhões de euros e ao fim de três ou quatro anos foram pagos cerca de 120, 130 milhões de euros. Uma boa parte dessa dívida, 30%, foi amortizada e ficou por pagar 290 milhões de euros.

Essa dívida de 290 milhões de euros, depois do pedido de falência da Ongoing foi comprada por cerca de 80 milhões de euros em troca de dois ativos que foram aprestados pelos acionistas da Ongoing e que não estavam dentro do balanço da Ongoing. Portanto, foram ativos que os acionistas puseram à disposição do BCP, foram avaliados e foram aceites.

Portanto, a dívida de que muito se fala não é essa. A dívida total — e isto está no relatório de falência da Ongoing — é de 721 milhões de euros. Dívida total, isto é: dívida à segurança social; a alguns trabalhadores que não foram pagos, infelizmente; a alguns fornecedores que não foram pagos; a bancos, também, sobretudo ao BES, que era o maior credor e que ficou com uma dívida de 522 milhões de euros, com juros...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi o que eu disse!

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Desculpe, não foram 522 milhões de euros, foram 520 milhões de euros. Até lhe posso descrever exatamente como é que essa dívida ficou.

Desculpe, está a escutar-me, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou e aproveito para lhe recordar que não foi isso que lhe perguntei. O que lhe disse, muito precisamente, foi que a Ongoing Strategy Investments deve ao Novo Banco 522, ou 520 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — 520 milhões de euros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o que lhe perguntei é como e quando é que vai pagar essa dívida.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Então, Sr.^a Deputada, essa dívida foi provisionada... Quem tem de a pagar é a Ongoing, foi a Ongoing que tinha um contrato com o Banco Espírito Santo. A pergunta está feita de uma forma muito pessoal, mas deve ser dirigida à Ongoing, na realidade.

Mas deixe-me dizer-lhe que essa dívida de 520 milhões de euros, em finais de 2014, foi... Isto é, o Banco de Portugal obrigou o Banco Espírito Santo a provisionar mais de 80% dessa dívida, cerca de 420 milhões de euros. Portanto, ela ficou totalmente provisionada.

Ficou por provisionar uma operação que estava em curso, que era a venda das ações da empresa, que foram vendidas por 50 ou 55 milhões de euros, se não me falha a memória, e tinha uma dívida de cerca de 25 milhões de euros e 5 milhões de euros de juros acumulados, portanto, de 30 milhões de euros.

Na altura, os diretores do Banco Espírito Santo chamaram-me, porque o Banco de Portugal estava a apertar muito com o banco, e, provavelmente, esta provisão tinha que ver com as ações do Banco Espírito Santo. O Banco de Portugal, provavelmente, já sabia que as ações do Banco Espírito Santo não iriam valer muito dinheiro, ou não iriam valer nada, no futuro, e, por isso, mandou o banco provisionar.

Então, o banco chamou-me, pediu-me que vendesse dois ativos que tínhamos: um eram as ações da empresa, que vendemos por 55 milhões de euros e pagámos os 30 milhões do empréstimo. Mas, o banco pediu-me para eu vender também uns ativos que eram da Ongoing, mas que não estavam penhorados no banco, nunca tinham sido dados como garantia a nenhum

banco, que eram as ações da PT Multimédia — da ZON, para ser mais preciso, da antiga PT Multimédia, hoje ZON.

Essas ações foram vendidas por cerca de 70 milhões de euros. O banco pediu-me para que eu deixasse esse dinheiro num depósito, numa conta do banco, e ficava dado de colateral, de garantia para o que faltava provisionar, que era cerca de 100 milhões de euros. Estamos a falar de 420 milhões de uma dívida de milhões de euros, portanto, ficaram por provisionar cerca de 100 milhões de euros.

Há um relatório que diz que esses 70 milhões de euros ficaram lá no banco, foi um dinheiro que a gente lá deixou, quando a Ongoing fez um depósito de 6,85 milhões de euros e mais um de 2 milhões e qualquer coisa...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. Vasconcellos, peço desculpa: o senhor sabe o que quer dizer «provisionar»?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Explique-me a senhora, diga lá!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando uma dívida é provisionada num banco, isso quer dizer o quê?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Diga-me a senhora, diga lá o que a senhora entende por «provisionar»!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso quer dizer que o banco deu esse valor como perdido.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Exatamente. O banco provisionou...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não apresenta provisão...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Ó Sr.^a Doutora, desculpe, Sr.^a Deputada, provisionar as ações do BES e alguns outros ativos no Banco Espírito Santo — não foi no Novo Banco, Sr.^a Deputada, foi antes de haver Novo Banco... Isso foi feito, a seguir, um aumento de capital de 1000 milhões no Novo Banco! Portanto, essa provisão foi feita com dinheiro do Banco Espírito Santo, não foi feita com dinheiro do Novo Banco — ponto n.º 1.

Ponto n.º 2: a dívida foi provisionada, mas os ativos existiam e estavam lá. Eu tenho aqui um relatório da auditoria que foi feita no final de 2013, portanto, no fecho de contas de 2013 da Ongoing, que tem uma avaliação feita de mais de 1000 milhões de euros em ativos: estamos a falar de terrenos, estamos a falar de ações de diversas empresas, como a ZON, a PT Multimédia, e de vários outros ativos, dos quais muitos ativos imobiliários.

Portanto, não eram ativos intangíveis: estamos a falar de terra, de empreendimentos, de prédios, de andares, de armazéns...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa por interrompê-lo mais uma vez...

Deixe-me recentrar a nossa discussão: em 2012, a Ongoing tinha ativos de 1300 milhões de euros e uma dívida de 1100 milhões de euros, o que só quer dizer que nunca teve nada, a não ser ter comprado com dívida dada por Ricardo Salgado. Mas não é isso que me interessa discutir...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — A Sr.^a Deputada está errada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa... Não me...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Tenho aqui documentos que comprovam... Em 2013, a auditoria...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me dizer uma coisa...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Os auditores podem estar errados, mas duvido, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me dizer uma coisa: eu não quero saber quantos ativos a Ongoing tinha em 2012. O que lhe estou a dizer...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Em 2013, Sr.^a Deputada, em 2013.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É-me absolutamente indiferente. O que lhe estou a dizer é que, na data em que a Ongoing Strategy abriu insolvência, em 2016, devia ao Novo Banco, e esse valor não foi pago, 520 milhões de euros.

E não tem nenhuma garantias com esse valor e, por isso, é que todo o valor...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Isso não é verdade, Sr.^a Deputada. Tem garantias, tem! Até lhe posso dizer quais são.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Lá chegaremos.

O que lhe estou a dizer é que, neste momento, o seu grupo, da sua família, tem uma dívida de 500 milhões de euros ao Novo Banco, só nesta empresa...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — O meu grupo, Sr.^a Deputada?

Não é meu grupo, não é da minha família, porque o grupo insolveu em 2016 e estamos em 2021, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, portanto, vai dizer que também não tem dívidas, é isso?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Desculpe, quem tem dívidas é a Ongoing, que tinha ativos e tinha ativos garantidos. E foram esses contratos que foram feitos com os bancos. Os bancos pediram garantias, pediram garantias adicionais e nós demos, pediram para a gente vender ativos para amortizar dívida e nós amortizámos, acedemos a todas as solicitações dos dois grandes credores que nós tínhamos, que eram o BCP e o...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Acederam de tal forma que o BCP o acusa de insolvência culposa!

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Ó Sr.^a Deputada, eu não tenho conhecimento disso, posso lhe dizer. E, se o BCP me acusa, então, o BCP é um grandessíssimo... É um banco mentiroso, como o seu presidente, que, provavelmente, também é um grandessíssimo mentiroso, porque eu tenho, inclusivamente, um *e-mail* para ele, a dizer que não tenho garantias para dar. Ele pediu-mas na mesma, eu dei uma garantia pessoal, um aval pessoal, meu, de 10 milhões de euros, já no fim, nos finais, que me pediu, para cobrir juros, não capital...

E, muito mais tarde, até lhe posso dizer que fui com o Presidente do Banco Pactual (BTG Pactual — Banking and Trading Group Pactual), a pedido do Sr. Presidente do BCP, para ir lá comprar a dívida. Eu apareci lá com o senhor, que era CEO (*Chief Executive Officer*) do banco de

investimentos do Banco Pactual — que é o maior banco da América Latina, só para a senhora saber —, e fui lá fazer uma oferta de 140 milhões para compra de créditos. O Banco Pactual é que ia comprar esses créditos; não era nem a minha família, nem o Nuno Vasconcellos, nem a Ongoing, nem nada; era o Banco Pactual. Mas ele recusou!

Mais tarde, depois da insolvência da Ongoing, chegámos a um acordo e os créditos foram comprados por 80 e qualquer coisa milhões de euros. Foram dois ativos que foram dados para compra desses créditos, que estão no balanço do BCP. O BCP aceitou e eu tenho uma carta, inclusivamente, do gestor de falência da Ongoing, dizendo que não há dívida ao BCP.

Então, não sei de que é que o BCP me acusa!... Não, eu sei do que é que o BCP me acusa, Sr.^a Deputada: o BCP me acusa de eu não ter ido lá pagar os 10 milhões de euros do meu aval pessoal. Só que — e é, aí, que eu chamo, um pouco, talvez, de mentiroso, ou de não terem cumprido com a palavra —, quando nós fizemos o acordo de compra dos créditos, o BCP disse que ia perdoar esse aval. Isso fez parte do acordo! Só que só podia fazer isso um ano depois, para ter a certeza de que a empresa que tinha o crédito do BCP, que se chamava Insight, não pudesse ser levada à falência, porque se a empresa fosse levada à falência esse negócio não poderia nunca ir para a frente.

Então, eles, enfim, para que eu garantisse que essa empresa não fosse levada à falência, para que eu não pudesse incumprir com o BCP, sobre a compra dos créditos, ficou esse aval pessoal pendurado, mas se o crédito se realizasse, se a operação fosse para a frente, o que aconteceu, eles perdoariam esse aval pessoal.

Ora, isso não foi cumprido pelo BCP, Sr.^a Deputada.

Essa história está muito mal contada, aliás, como muitas histórias sobre a Ongoing, sobre mim e sobre a minha família. Estão muito mal

contadas, mas agora tenho aqui a grande oportunidade de ser ouvido, e que todas as perguntas sejam feitas, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei se isso vai ser muito abonatório a seu favor.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — É a sua opinião, Sr.^a Deputada. É a sua opinião.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me só reformular uma pergunta — reformular, não, refazê-la.

Deve 522 milhões de euros ao Novo Banco, ou melhor, a Ongoing Strategy Investments deve. Como e quando é que vai pagar?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, essa dívida é uma dívida de, quando foi a falência, 2016.

Ora, não sei se a senhora sabe, mas a senhora é uma mulher,, com certeza inteligente, bem informada, já deve ter visto o balanço e o que é que compõe essas dívidas e o que é que tinha lá como garantias. Com certeza que já viu! E as garantias que estavam no Banco Espírito Santo, além de uma conta de 60 milhões de euros — inclusivamente, o gestor judicial pediu que o Banco Espírito Santo devolvesse esse dinheiro para que pudesse entrar na massa falida da Ongoing, e isso não aconteceu — tinha outros ativos: tinha ativos imobiliários, tinha terrenos na Rua Artilharia 1, um dos melhores terrenos tinha prédios no Estoril, tinha apartamentos, tinha casas, tinha prédios, tinha empreendimentos em Alcácer, tinha armazéns em Valejas, todos avaliados...

Aliás, posso dizer que o armazém em Valejas foi avaliado — e arrendado, tinha rendas, portanto, era uma operação muito rentável — em 7

ou 8 milhões de euros. Tínhamos um empreendimento com um terreno aprovado em mais de 30 milhões, os bombeiros de Alcácer do Sal, que era um prédio, que agora estão a fazer um prédio de apartamentos, está a ser feito com enorme sucesso, ficou também no Banco Espírito Santo...

Portanto, tínhamos a Artilharia 1, a Herdade de Monfortinho, o Golfe da Quinta do Peru, até, penso eu, o Palácio... Como se chamava? Uma quinta lindíssima no norte... Tudo isso fazia parte, digamos, do portefólio imobiliário que era detido pela Ongoing.

Mas mais, Sr.^a Deputada: houve ativos que estavam em nome da minha família, não estavam em nome da Ongoing, que a minha família entregou ao banco como garantia, como no caso do armazém de Valejas, que não estava, não era da Ongoing, não fazia parte dos ativos da Ongoing, e, portanto, houve dois ou três ativos imobiliários que a família entregou ao banco como garantia de um aval, meu, pessoal, que me foi pedido no final —e estamos a falar de um mês antes do banco falir...

Eu dei um aval pessoal, porque o Banco de Portugal pediu e eu dei um aval pessoal, meu, mas também falei que não tinha, isto é, que eu como não tinha ativos em meu nome pessoal, na altura, demos os ativos imobiliários para poder compensar esse meu aval pessoal no valor de 10 milhões de euros.

Também tem uma grande mentira que se conta, a de que eu só tinha uma moto de água... Não é verdade, Sr.^a Deputada, eu tinha ativos imobiliários em meu nome e esses ativos imobiliários ficaram no Banco Espírito Santo e foram avaliados na altura. Posso lhe dizer que eu tinha cerca de 20% de um terreno, que era o Air Liquide na Expo, e que também era acionista da Fundação de Oeiras, que estava em meu nome pessoal. Então isso, que só tinha uma moto de água... Eu não tenho uma moto de água, começa logo por aí, desconheço, totalmente... Então, alguém inventou...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Era uma moto 4; não era uma mota de água.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Então, pronto, mas do que a comunicação social fala é de uma moto de água.

Nunca tive uma moto de água e tinha, sim, alguns ativos imobiliários que dei como garantia pelo aval que prestei de 10 milhões ao Banco Espírito Santo, não ao Novo Banco! Tudo isto foi com o Banco Espírito Santo, nada foi com o Novo Banco!

Também me questiono, e também acho que é uma questão que os Srs. Deputados se devem colocar, como é que, se a dívida da Ongoing era assim tão ruim, tão má, no Banco Espírito Santo, como é que ela passa, integralmente, com os ativos, para o Novo Banco.

Porque é assim: supostamente, os ativos ruins, não é, até de uma dívida que a Sr.^a Deputada acabou de dizer que não valia nada, porque o Banco de Portugal obrigou a provisionar 80%, como é que passa para o Novo Banco? É isso que eu não entendo, também, e que gostava que me explicassem, um dia... Mas eu sou completamente alheio a isso, não tenho culpa. Isto é, sempre que me pediram para ajudar, eu fui ajudar e posso lhe dizer que todos os ativos que eu tinha em meu nome ficaram no Banco Espírito Santo. E essa questão do BCP é uma questão que está muito mal contada, Sr.^a Deputada, e eu tenho provas.

Então, é assim: é muito fácil... Se calhar, o ideal era que o próprio Ministério Público fizesse uma investigação para saber de quem é culpa. Eu gostaria muito, muito sinceramente, tenho muita coisa para contar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A coisa que eu mais desejo é que o Ministério Público o investigue.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Já investigou! Não, mas Sr.^a Deputada, sabe? É que já investigou, mais do que uma vez!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu peço desculpa, mas nós temos, de facto, esta dificuldade de o senhor estar no Brasil e de estarmos a fazer isto em termos eletrónicos, mas quem conduz inquirição sou eu e, portanto, eu pedia-lhe que controlasse as suas questões...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — A Sr.^a Deputada conduz a inquirição que a Sr.^a quiser, mas eu tenho de responder às perguntas...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e que respondesse às minhas perguntas.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — ... e, desculpe lá, Sr.^a Deputada, eu não vim, aqui, como arguido falar com senhora...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A única pergunta...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — ... eu vim aqui prestar declarações, então, exijo respeito à Sr.^a Deputada, por favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem, a única pergunta que lhe fiz e a que ainda não me respondeu é a seguinte, e não quero saber do BES. O Novo Banco tem uma dívida registada em nome da *holding* Ongoing de 522 milhões de euros. Para essa dívida, estão garantidas as empresas do grupo Ongoing, que estão vazias de património, a não ser de património imobiliário, alguns imóveis que algumas empresas têm, no valor de 6 milhões de euros.

Estamos a falar de uma dívida de 522 milhões de euros que não tem outro património e isso foi avaliado por vários escritórios de advogados e consta de documentos oficiais.

A única pergunta que eu lhe fiz e para a qual aguardo resposta é se essa dívida vai ser paga e quando. Se não vai, assumo que não vai, mas responda à questão.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, quer que eu responda aquilo que a senhora quer ouvir, mas, infelizmente, não vai ter essa sorte comigo.

Mas, enfim, eu vou lhe falar...

Não foi possível transcrever as palavras do Orador, devido a quebra momentânea de transmissão da videoconferência.

... a Sr.^a Deputada não quer aceitar a verdade, então, olhe, peço imensa desculpa, mas eu vou-lhe falar a verdade, porque a única questão que me faz estar aqui é poder contar a verdade aos Srs. Deputados.

Agora, espero também que os senhores também tenham alguma humildade e aceitem ouvir o meu lado da história,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor,...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — ... sem estarem pré-condicionados nas vossas cabeças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, quero fazer um ponto de ordem aqui à audição, no sentido de recordar-lhe que estamos aqui para perguntar e que o Sr. Doutor está aí para responder, e agradecia que não houvesse

considerações de outra natureza, que não fossem as relativas às perguntas e às respostas, e, portanto,...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr. Presidente, agradeço o seu comentário...

O Sr. **Presidente**: — Eu sei o que vai dizer, mas agradecia que recomeçássemos e noutra tom.

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua fez-lhe uma pergunta, aguardamos pela sua resposta.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr. Presidente, com todo o respeito, o meu tom é um tom com muita consideração por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Sr. Presidente e por todos os Srs. Deputados que estão aí.

Quem não está com o tom certo é a Deputada, que faz considerações que não deve fazer, na minha opinião.

Portanto, estou a tentar responder às perguntas, mas eu não posso é ser, desculpe lá, desconsiderado, aqui, porque não vim, muito sinceramente, não estou aqui para ser desconsiderado; vim aqui, como senhor diz, e muito bem, para responder às perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça o favor.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Quero ser escutado! Não é assim? O respeito tem duas vias, e é isso que gostaria de pedir aos Srs. Deputados.

Vamos lá ver: a dívida de 520 milhões da Ongoing tinha ativos e garantias que foram avaliadas. Essas avaliações foram feitas por órgãos independentes. Então, não são verdade as afirmações que a Sr.^a Deputada está a fazer. Havia ações da Portugal Telecom, havia um depósito de 70

milhões de euros, havia ativos imobiliários. Houve ativos imobiliários que eu prestei adicionalmente e posso-lhe dizer que todos esses ativos em finais de 2013 estavam avaliados em mais de 1000 milhões de euros.

A partir de 2016, deixei de ser responsável pela empresa. Não deixei de ser responsável pelos atos até 2016, mas, a partir de 2016, não fiquei responsável pelos atos após 2016. Isto tem um gestor de falência, que tentou gerir da melhor forma.

Eu não sei se os ativos foram vendidos da forma mais correta. Penso que não, provavelmente não foram. Aliás, como a grande parte dos ativos do Banco Espírito Santo, como, por exemplo, o caso da Tranquilidade, que foi vendida por 140 milhões e, seis meses depois, só em ativos imobiliários, valia mais de 800. Aliás, foi vendida por seiscentos e tal, seis meses depois.

Então, na realidade, não consigo entender o que é que foi feito com estes ativos. Acho que alguns ativos nem sequer foram vendidos e continuam no balanço do Novo Banco.

Sobre como é que vai pagar, Sr.^a Deputada, essa é uma pergunta que tem de se fazer a quem lá está neste momento ou a quem fez a gestão da falência. Se eu estivesse lá, diria como pagar, pode ter a certeza.

Também lhe posso dizer, Sr.^a Deputada, que, quando a nova equipa tomou conta no Novo Banco, pediram-me para eu ir comprar os créditos ao Novo Banco e arranjar um financiador, o que fiz. Fiz uma viagem, fui a Londres falar com uma série de *private equities* e fui com um desses *private equities* a Portugal, que ofereceu, se não me engano, mais 100 milhões de euros pelos créditos da Ongoing, o que não incluía nem ações da PT nem as ações do Banco Espírito Santo.

Portanto, incluía apenas as empresas que toda a gente diz que não valiam nada, não é?... Mas apareceu um *private equity* em Londres a dar 100 milhões de euros por essa dívida. Portanto, com certeza que esse *private*

equity já fez um enorme desconto a esses ativos para poder comprar por 100 milhões.

Então, Sr.^a Deputada, fiz aquilo que me pediram, isto é, a nova administração do Novo Banco pediu-me para ir lá e eu fui. Não aceitaram! Entretanto, sei que alguns desses ativos das empresas começaram-se a deteriorar, obviamente. Com a crise que estava, os ativos passaram-se a deteriorar.

Portanto, provavelmente, é a história que todos os credores têm, em Portugal, do desastre que foi feito ao Banco Espírito Santo, que, na minha opinião, nunca se deveria ter tornado Novo Banco. Acho que foi um desastre completo. Foi uma péssima decisão que o Governo fez, mas enfim... É o que é e é o que aconteceu. Hoje dá para ver que foi uma péssima decisão!

Espero ter respondido à sua pergunta, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que me respondeu é que não é responsável pelas dívidas de 522 milhões que deixou no Novo Banco, dívidas essas que não têm garantias, porque as garantias que tinha eram o património da Ongoing, que eram essencialmente ações da Portugal Telecom, entre outras, e do BES, que desvalorizaram por ação, já agora, do seu grupo concertado com Ricardo Salgado, porque faz parte desse processo.

Não vamos agora pensar que não existe uma história por trás destas dívidas.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Isso é uma acusação, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Diz aqui, num documento do Novo Banco, que as únicas garantias que existem para as dívidas do grupo Ongoing estão concentradas numa empresa brasileira chamada Realtime Corporation. Confirma isto?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, isso é totalmente falso.

Posso-lhe dizer que a Ongoing tinha uma participação na Realtime Corporation. A Realtime Corporation é uma *holding* no Brasil que tinha empresas de tecnologia, empresas de *internet*. Era uma empresa que ia fazer um IPO no Brasil (estava a ser preparado), que teve uma avaliação da Mackenzie, célebre empresa...

Não foi possível transcrever as palavras do Orador, devido a quebra momentânea de transmissão da videoconferência.

O Sr. **Presidente**: — Não estamos a ouvi-lo!

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr. Presidente, está-me a ouvir, agora?

O Sr. **Presidente**: — Estou a ouvi-lo! Está-me a ouvir?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Está-me a ver?

O Sr. **Presidente**: — A ver ainda não!

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Não estou a ouvi-lo!

O Sr. **Presidente**: — Não me está a ouvir?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Não estou a ouvir o Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Estou a ouvi-lo bem!

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Agora, sim!

O Sr. **Presidente**: — Já tem imagem e som?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Já tenho, sim, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Também estou a ouvi-lo bem.

Quer terminar a sua resposta?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sim, se me autoriza, vou prosseguir.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, pode-me reavivar só a memória com a sua pergunta, se não se importa?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Posso, sim senhor.

Olhe, até lhe vou ler um documento interno do Novo Banco, de julho de 2016, que diz o seguinte: «... empresas tecnológicas, a *subholding* Realtime Corporation, empresa de direito brasileiro, concentra as garantias reais constituídas a favor do Novo Banco. Foi-nos transmitido por pessoas ligadas ao Grupo Ongoing que existe o risco de estas empresas estarem a ser esvaziadas de contratos e recursos humanos, pelo que somos da opinião que será do interesse do Novo Banco proceder à execução das garantias existentes com maior brevidade possível».

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, qual é a pergunta?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A pergunta é precisamente se a Realtime Corporation é a empresa que tem as garantias reais dadas ao Novo Banco e onde o Novo Banco ainda pode ir buscar valor para pagar os empréstimos da Ongoing.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, todas as garantias reais estão contratualizadas com o Novo Banco. O Novo Banco não tem garantias na Realtime. Não tem garantias nem nunca teve. Mas posso-lhe dizer que a Realtime não era tudo isso que se fala. Foi uma empresa que, quando a Ongoing foi... Isto é, quando não pôde alimentar mais algumas das empresas que eram detidas pela Realtime, que na realidade eram *start-ups* de tecnologia, essas empresas acabaram por ficar sem operação e com dívidas grandes aqui no Brasil.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Realtime deve 47 milhões ao Novo Banco. Só ela, sem falar na *holding*. Certo?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Eu penso que não, Sr.^a Deputada. Eu tenho aqui a dívida toda do Novo Banco e essa dívida não consta. Então, deve haver aí alguma confusão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Várias!

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Mas como os jornais, Sr.^a Deputada... Houve aí uns jornais, e não só, que disseram que o Novo Banco, o BCP, tinha contratado uns investigadores para virem aqui ao Brasil e procurar... Eu não fui avisado, mas se tivesse sido avisado poderia ter

colaborado muito mais. Nem sei se vieram se não vieram... Achei até um pouco esquisito, mas também vim a saber pelos jornais que nada encontraram, o que também é esquisito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esclareça-me só uma coisa: este documento diz claramente que a HIS Portugal, que é dona da HIS Brasil, são garantias dadas ao Novo Banco. Confirma isto?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Não, Sr.^a Deputada. A HIS Portugal foi dada como garantia ao Novo Banco. A HIS Brasil não foi dada como garantia ao Novo Banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe lá, mas a HIS Portugal, que foi dada como garantia ao Novo Banco, está insolvente e era dona a 100% da HIS Brasil, até que, em 2017, há um aumento de capital na HIS Brasil por uma sociedade constituída no Panamá chamada AFFERA.

Sabe-me explicar quem é o dono da HIS Brasil depois disso e, já agora, quem é AFERA, constituída em 2017, no Panamá?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, a HIS Brasil tem uma série de acionistas que fizeram um aumento de capital para poder pagar os processos trabalhistas e os impostos, aqui, no Brasil.

Portanto, hoje, é uma empresa pequena de que eu deixei de ser administrador e responsável há uns tempos, tendo entregado essa empresa a quem de direito, ou seja, aos seus acionistas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, já agora, quem é a AFERA? Quem são os acionistas da AFERA, Panamá, que é a nova acionista da HIS Brasil, que diluiu a posição do Novo Banco nessa empresa?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Não lhe sei dizer ao certo, mas posso-lhe dizer que houve um conjunto de empresários brasileiros muito ricos, aqui, no Brasil, que, quando, em 2016, eu fiquei aqui bastante atrapalhado com as dívidas no Brasil, fizeram aumentos de capital nas empresas e fizeram empréstimos também.

Posso-lhe dizer que houve um fundo financeiro que emprestou dinheiro a juros altíssimos para poder recuperar algumas dessas empresas. Algumas dessas empresas hoje fazem parte de um fundo que tem quotistas, que são esses brasileiros — inclusivamente, um deles é padrinho do meu filho, que foi a pessoa que mais me ajudou. Isto porque, na altura, o Novo Banco não quis saber de mais nada, nem quis emprestar mais dinheiro. Posso-lhe dizer que havia um contrato que foi feito com o BES quando me pediram para eu vender as ações da ZON e da Impresa e para amortizar essa dívida.

Eu, na altura, falei que as empresas no Brasil precisavam de dinheiro para os próximos três anos, porque eram empresas que não tinham operação rentável, não estavam *break-even*, eram precisos dois, três anos para investir nessas empresas para que elas pudessem valer alguma coisa, descolar, ter uma operação rentável. Eram todas *start-ups*.

Houve um projeto, chamado «Projeto Chiado», elaborado pelo Novo Banco, e uma promessa que me foi feita, ao dizerem: «o senhor vem cá, amortiza o crédito da Impresa, vende as ações da ZON, deixa cá esse dinheiro e nós damos-lhe um empréstimo até 30 milhões de euros para os próximos três anos para poder financiar as empresas, no Brasil».

Ora, isso aconteceu, penso, um mês antes de o banco falir, veio uma nova gestão, do Novo Banco, eu mostrei o documento que estava aprovado pelo Conselho de Administração do BES, falei que a situação no Brasil... Entretanto, passaram-se alguns meses, havia salários por pagar, havia,

sobretudo, impostos para pagar no Brasil — e impostos não pagos, no Brasil, é crime, dá prisão — e estavam sob a minha responsabilidade. E pedi ao banco para ativar esse crédito e o banco pediu-me imensa desculpa, mas disse-me que não podia fazer isso...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa por interrompê-lo. Há uma empresa, que é a HIS Brasil que era detida pela HIS Portugal. A HIS Portugal deve ao Novo Banco e foi dada como garantia ao Novo Banco. Portanto, o Novo Banco tinha direito a ir buscar a HIS Brasil, mas já não vai ter, porque houve um aumento de capital que diluiu a posição do Novo Banco. Esse aumento de capital foi feito por uma sociedade no Panamá, chamada AFFERA, e o que lhe estou a perguntar é quem são os sócios da AFFERA.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Eu respondi-lhe, minha senhora.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa, mas vou pedir-lhe que responda de novo, porque não consegui tirar, da longa e vasta resposta que deu, as informações que pretendia.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — A resposta que lhe dei foi que eu não sei quem são os acionistas. Mas posso dizer-lhe que, na altura — hoje, não sei quem são —, eram alguns brasileiros — um dos quais até é padrinho do meu filho — que emprestaram dinheiro e que tentaram salvar a empresa, na altura.

Como lhe disse, e repito, deixei a empresa e já não sou administrador há algum tempo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho uma lista de sócios da AFFERA. E os nomes dos sócios que tenho são: Rafael Mora, Gilberto Martins, Nuno Guerreiro Dias, Nuno Vasconcellos e Guilherme Dray. São estes os acionistas que não conhece?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, essa é a lista de acionistas da AFFERA? A senhora tem a lista dos acionistas da AFFERA?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Precisamente.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Pode mostrar-me?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A lista dos acionistas da AFFERA, em 2017, é esta: Rafael Mora, Gilberto Martins, Nuno Guerreiro Dias, Nuno Vasconcellos e Guilherme Dray.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, pode mostrar-me o documento?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Posso, certamente.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Pode mostrar-me o documento que comprova isso? É que eu nunca fui acionista da AFFERA e essas pessoas, que eu saiba, nunca foram acionistas da AFFERA. Agora, eu posso falar por mim, pelos outros, não posso. Eu não fui acionista da AFFERA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nem administrador?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Também não... Sr.^a Deputada, terei de ver, mas duvido que eu tenha sido administrador. Vou explicar-lhe porquê. Eu fui administrador de, talvez, umas 100 empresas. Então, é um pouco difícil, de 2016 para cá, tentar saber exatamente. Mas não me recordo de, em altura alguma, ter sido administrador de uma empresa chamada AFFERA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Curiosamente, esta empresa AFFERA é a mesma que fez um aumento de capital na IBT Brasil para diluir a posição do Novo Banco por via da insolvente IBT Portugal. Mas continua sem saber quem são os sócios ou administradores da AFFERA, constituída no Panamá?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, a senhora não me quer ouvir. Acabei de lhe dizer que sei quem são os acionistas e acabei de lhe dizer quem eram os acionistas. Acho que a Sr.^a Deputada não prestou atenção.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não ouvi nenhum nome.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Falei, inclusivamente, que um deles é padrinho do meu filho. Então, Sr.^a Deputada, não sei onde é que a senhora quer chegar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu quero chegar à lista completa dos acionistas e dos administradores da AFFERA, se faz favor.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, eu não tenho a lista completa dos acionistas. A senhora terá de perguntar à AFFERA e às entidades onde a AFFERA está registada quem são os acionistas. Eu não lhe posso dizer. E, como eu não sou bruxo, não lhe posso dizer. É que só estou aqui para falar a verdade. Posso dizer-lhe quem eu achava que eram, na altura. E estou a dizer-lhe que um deles é padrinho do meu filho mais novo e que foi uma das pessoas que ajudou a salvar e a financiar as empresas aqui, no Brasil. Mais do que isso, não posso dar-lhe, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, garante-me que Rafael Mora e Guilherme Dray não têm qualquer ligação à AFFERA?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, a senhora está a pedir-me para garantir uma coisa à qual não tenho acesso.

O que posso dizer-lhe é que eu, Nuno Vasconcellos, não pertenço, não pertenci ou fui administrador da AFFERA. Quanto ao Sr. Rafael Mora ou ao Sr. Guilherme Dray — e conheço bem o Sr. Guilherme Dray —, tenho sérias dúvidas de que alguma vez tenham pertencido à AFFERA, mas não lhe posso confirmar isso, porque, de 2016 até hoje, sei lá o que é que se passou na empresa!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Presumo que também não saiba a quem pertence uma empresa chamada Oportunity 2, no Luxemburgo.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi administrador...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Posso dizer-lhe que essa empresa Oportunity 2, no Luxemburgo, pertenceu, na altura, ao *family office* que a família geria, mas não à Ongoing. Isto, na altura, mas, hoje, não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Hoje, não sabe. Mas já administrou esta empresa.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, acho que fui, durante um período curto de tempo, gerente dessa empresa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a Golden Edge, no Luxemburgo, também não lhe diz nada?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Diz-me pouco, Sr.^a Deputada. Diz-me pouco. Mas o nome não me é estranho. Provavelmente, era uma das empresas que fazia parte das mais de 100 empresas de que nós ou éramos parceiros, ou...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E não sabe quem são os donos da Golden Edge, no Luxemburgo?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Não sei, Sr.^a Deputada. Mas daquilo que me lembro, a Golden Edge não era uma empresa que tivesse alguma grande participação ou alguns grandes ativos. Que eu me lembre...! Não quero estar aqui a falar alguma inverdade, mas, que me lembre, não... Das empresas grandes que tinham grandes ativos, eu lembro-me, como deve imaginar, e até lhe posso descrever quais eram os ativos que tinham; agora, quanto à Golden Edge, nem sei qual era o ativo que tinha.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Posso dizer-lhe que tem como ativo uma empresa no estado de Delaware, nos Estados Unidos da América, chamada WebSpectator. Diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — A WebSpectator diz-me. Mas acho que a Golden Edge não é acionista da Golden Edge. E a WebSpectator, Sr.^a Deputada, na minha opinião, não faz parte do âmbito desta Comissão. Nunca fez parte da Ongoing.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é património da sua família.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Não, categoricamente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, qual é a sua ligação à WebSpectator?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — A WebSpectator foi uma empresa que ajudei a criar nos Estados Unidos da América — aliás, fui eu que inventei o próprio *software*, quer dizer, tive a ideia de inventar o *software*, não fui eu que o fiz, obviamente — e que tinha, na altura, uma equipa nos Estados Unidos da América. Essa equipa nos Estados Unidos da América, se bem me lembro, roubou a empresa e teve um processo, nos Estados Unidos da América, contra a administração, por desviar dinheiro — disso, eu lembro-me — e levou com um processo e, inclusivamente, algumas dessas pessoas têm um processo-crime também no Brasil.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E essa empresa não pertence à Golden Edge, no Luxemburgo?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Que eu saiba, não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E que outras empresas, sediadas em jurisdições *offshore*, estão na órbita do seu grupo familiar?

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Sr.^a Deputada, eu não conheço nenhuma. E, se conhecesse, também lhe posso dizer que está completamente fora do âmbito desta Comissão, porque não tem nada a ver com o Novo Banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mais ou menos, na medida em que o seu grupo deve 600 milhões de euros ao Novo Banco, penso que o património que existe...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — O meu grupo não deve 600 milhões de euros ao Novo Banco. A Sr.^a Deputada insiste em que deve 600 milhões de euros ao Novo Banco, mas não deve 600 milhões de euros ao Novo Banco.

Então, tenho imensa pena, mas nós temos de aprender a fazer contas. E tem uma coisa, Sr.^a Deputada: as garantias foram prestadas. Isto é, houve novos contratos, foi pedido mais garantias. Tudo o que o Banco Espírito Santo me pediu, tudo o que o Novo Banco me pediu, eu dei.

O que foi feito a partir daí, se foi mal gerido, se não foi gerido... É que, agora, é muito fácil, cinco anos depois, sempre que os bancos precisam de mais dinheiro, lá vem a lengalenga de que a culpa é dos empresários. As pessoas não podem esquecer-se de que os bancos estavam cheios de dívida pública, que a dívida pública, nos últimos anos, só aumentava, que passou a não valer nada, que os bancos também tiveram de provisionar essa dívida pública, que, provavelmente, era mais de um terço ou 40% do balanço dos

bancos — e a culpa é dos governos que geriram mal, nessa altura, não é dos empresários — e que também afetou o País. E estamos a falar de muitos empresários. No outro dia, estive a ver uma audição de um dos empresários, o próprio presidente do Benfica, que é um homem que se fez um grande empresário. E há outros, pessoas cujas famílias têm um negócio há mais de 150 anos e que, de repente, passaram a ser péssimos... Isto é, durante 100 ou 150 anos, fizeram um ótimo trabalho, empregaram gente, pagaram impostos, mas, nos últimos 10 anos, em que houve uma crise mundial terrível, a que o País não escapou e a que os partidos políticos também não escaparam, estando alguns destes com problemas financeiros terríveis e alguns deles falidos tecnicamente há mais de sete anos, mas ninguém fala disso; só se fala em dois ou três empresários, como se eles tivessem a culpa disto tudo!

Acho que o fundo já investiu mais do que era a dívida, mais do dobro ou do triplo do que era a dívida desses empresários. Então, acho que o foco da questão... E gostava muito de ajudar a Sr.^a Deputada, os Srs. Deputados e esta Comissão, se existe algum culpado ou se existem culpados, a encontrar esses culpados, para que sejam repreendidos pela lei, com certeza, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Dr. Nuno Vasconcellos ajudou Ricardo Salgado a rebentar com o BES e com parte da economia portuguesa. Deixou um calote...

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — Isso é uma acusação, Sr.^a Deputada?! A senhora está aqui para fazer perguntas e não para me acusar!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É, é uma acusação! E eu quero acabá-la!

Deixou um calote no Novo Banco, de 600 milhões de euros, e tem o desprante de vir aqui falar, do alto da sua moral, sobre a crise e os governos!

Já percebi que não está aqui para nos ajudar, nem para esclarecer nada. Eu, por mim, acabei a minha intervenção e não pretendo fazer-lhe mais nenhuma pergunta, nem dar-lhe qualquer tempo de antena ou palco para vir aqui defender esta versão que nos apresentou.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

O Sr. Dr. **Nuno Vasconcellos**: — A Sr.^a Deputada, desculpe, mas não tem o direito de falar em tom acusatório comigo, porque estou aqui como convidado e não aceito essas suas acusações. A Sr.^a Deputada prove o que está a falar. Prove!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Nuno Vasconcellos, quero dizer-lhe o seguinte: ficou claro — diria mesmo, de uma forma pública e notória — que o senhor se recusa, sistematicamente e sem explicações plausíveis, a admitir que seja titular de qualquer dívida.

Surge igualmente claro que não responde a nenhuma pergunta de forma construtiva.

E, por último, resulta ainda claro que a sua única preocupação é construir a sua defesa.

Nestes termos, em nome da dignidade dos trabalhos desta Comissão, eu e todos os Srs. Deputados entendemos dar por terminada a reunião da mesma e, por isso, encerrada esta audição.

Muito obrigado. Boa tarde.

Eram 16 horas e 43 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.